

Ora pois, uma língua



REPRODUÇÃO: ISABELLA MATHEUS

Estudo para *Partida da monção*, 1897, de Almeida Júnior (Acervo Pinacoteca do Estado de SP). Os bandeirantes saem de Porto Feliz rumo ao Centro-Oeste

bem brasileira



TIPOGRAFIA MAURICIO PIERRO

Análise de textos antigos e de entrevistas expõe as marcas próprias do idioma no país, o alcance do *Rcaipira* e os lugares que preservam modos antigos de falar

Carlos Fioravanti

A possibilidade de ser simples, dispensar elementos gramaticais teoricamente essenciais e responder “sim, comprei”, quando alguém pergunta “você comprou o carro?”, é uma das características que conferem flexibilidade e identidade ao português brasileiro. A análise de documentos antigos e de entrevistas de campo ao longo dos últimos 30 anos está mostrando que o português brasileiro já pode ser considerado único, diferente do português europeu, do mesmo modo que o inglês americano é distinto do inglês britânico. O português brasileiro ainda não é, porém, uma língua autônoma: talvez seja – na previsão de especialistas, em cerca de 200 anos – quando acumular peculiaridades que nos impeçam de entender inteiramente o que um nativo de Portugal diz.

A expansão do português no Brasil, as variações regionais com suas possíveis explicações,

que fazem o urubu de São Paulo ser chamado de corvo no Sul do país, e as raízes das inovações da linguagem estão emergindo por meio do trabalho de cerca de 200 linguistas. De acordo com estudos da Universidade de São Paulo (USP), uma inovação do português brasileiro, por enquanto sem equivalente em Portugal, é o *R* caipira, às vezes tão intenso que parece valer por dois ou três, como em *porrrta* ou *carrrne*.

Associar o *R* caipira apenas ao interior paulista, porém, é uma imprecisão geográfica e histórica, embora o *R* desavergonhado tenha sido uma das marcas do estilo matuto do ator Amácio Mazzaropi em seus 32 filmes, produzidos de 1952 a 1980. Seguindo as rotas dos bandeirantes paulistas em busca de ouro, os linguistas encontraram o *R* supostamente típico de São Paulo em cidades de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, formando um modo de falar similar ao português do século XVIII. Quem tiver paciência e ouvido apurado poderá encontrar também na região central do Brasil – e em cidades do litoral – o *S* chiado, uma característica hoje típica do falar carioca que veio com os portugueses em 1808 e era um sinal de prestígio por representar o falar da Corte. Mesmo os portugueses não eram originais: os especialistas argumentam que o *S* chiado, que faz da esquina uma *shquina*, veio dos nobres franceses, que os portugueses admiravam.

A história da língua portuguesa no Brasil está trazendo à tona as características preservadas do português, como a troca do *L* pelo *R*, resultando em *pranta* em vez de *planta*. Camões registrou essa troca em *Os lusíadas* – lá está um *frautas* no lugar de *flautas* – e o cantor e compositor paulista Adoniran Barbosa a deixou registrada em diversas composições, em frases como “frechada do teu olhar”, do samba *Tiro ao Álvaro*. Em levantamentos de campo, pesquisadores da USP observaram que moradores do interior tanto do Brasil quanto de Portugal, principalmente os menos escolarizados, ainda falam desse modo. Outro sinal de preservação da língua identificado por especialistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, dessa vez em documentos antigos, foi a *gente* ou as *gentes* como sinônimo de “nós” e hoje uma das marcas próprias do português brasileiro.

Célia Lopes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), encontrou registros de *a gente* em documentos do século XVI e, com mais frequência, a partir do século XIX. Era uma forma de indicar a primeira pessoa do plural, no sentido de *todo mundo* com a inclusão necessária do *eu*. Segundo ela, o emprego de *a gente* pode passar descompromisso e indefinição: quem diz

a gente em geral não deixa claro se pretende se comprometer com o que está falando ou se se vê como parte do grupo, como em “*a gente precisa fazer*”. Já o pronome nós, como em “*nós precisamos fazer*”, expressa responsabilidade e compromisso. Nos últimos 30 anos, ela notou, *a gente* instalou-se nos espaços antes ocupados pelo *nós* e se tornou um recurso bastante usado por todas as idades e classes sociais no país inteiro, embora nos livros de gramática permaneça na marginalidade.

Linguistas de vários estados do país estão desenterrando as raízes do português brasileiro ao examinar cartas pessoais e administrativas, testamentos, relatos de viagens, processos judiciais, cartas de leitores e anúncios de jornais desde o século XVI, coletados em instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Público do Estado de São Paulo. A equipe de Célia Lopes tem encontrado também na feira de antiguidades do sábado da Praça XV de Novembro, no centro do Rio, cartas antigas e outros tesouros linguísticos, nem sempre valorizados. “Um estudante me trouxe cartas maravilhosas encontradas no lixo”, ela contou.

DE VOSSA MERCÊ PARA CÊ

Os documentos antigos evidenciam que o português falado no Brasil começou a se diferenciar do europeu há pelo menos quatro séculos.



Sem título da série Estudo para bandeirantes, sem data, de Henrique Bernardelli, (Acervo Pinacoteca do Estado de SP) paulistas expandiram a língua portuguesa conquistando outras regiões

As rotas do português paulista

Entre 1550 e 1720, bandeirantes levaram o idioma ao interior do país



Uma indicação dessa separação é o *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de 1793, escrito por frei Gaspar da Madre de Deus, nascido em São Vicente, e depois reescrito pelo português Marcelino Pereira Cleto, que foi juiz em Santos. Comparando as duas versões, José Simões, da USP, encontrou 30 diferenças entre o português brasileiro e o europeu. Uma delas é encontrada ainda hoje: como usuários do português brasileiro, preferimos explicitar os sujeitos das frases, como em “o rapaz me vendeu o carro, depois ele saiu correndo e ao atravessar a rua ele foi atropelado”. Em português europeu, seria mais natural omitir o sujeito, já definido pelo tempo verbal – “o rapaz vendeu-me o carro, depois saiu a correr...” –, resultando em uma construção gramaticalmente impecável, embora nos soe um pouco estranha.

Um morador de Portugal, se lhe perguntarem se comprou um carro, responderá com naturalidade “sim, comprei-o”, explicitando o complemento do verbo, “mesmo entre falantes pouco escolarizados”, observa Simões. Ele nota que os portugueses usam mesóclise – “dar-lhe-ei um carro, com certeza!” –, que soaria pernóstica no Brasil. Outra diferença é a distância entre a língua falada e a escrita no Brasil. Ninguém fala *muito*, mas *muínto*. O pronome *você*, que já é uma redução de *vossa mercê* e de *vosmecê*, encolheu ainda mais, para *cê*, e grudou no verbo: *cevai?*

“A língua que falamos não é a que escrevemos”, diz Simões, com base em exemplos como esses. “O português escrito e o falado em Portugal são mais próximos, embora também existam diferenças regionais.” Simões complementa as análises textuais com suas andanças por Portugal. “Há 10

anos meus parentes de Portugal diziam que não entendiam o que eu dizia”, ele observa. “Hoje, provavelmente por causa da influência das novelas brasileiras na televisão, dizem que já estou falando um português mais correto.”

“Conservamos o ritmo da fala, enquanto os europeus começaram a falar mais rápido a partir do século XVIII”, observa Ataliba Castilho, professor emérito da USP, que, nos últimos 40 anos, planejou e coordenou vários projetos de pesquisa sobre o português falado e a história do português do Brasil. “Até o século XVI”, diz ele, “o português brasileiro e o europeu eram como o espanhol, com um corte silábico duro. A palavra falada era muito próxima da escrita”. Célia Lopes acrescenta outra diferença: o português brasileiro conserva a maioria das vogais, enquanto os europeus em geral as omitem, ressaltando as consoantes, e diriam *tulfón* para se referir ao telefone.

Há também muitas palavras com sentidos diferentes de um lado e de outro do Atlântico. Os estudantes das universidades privadas não pagam mensalidade, mas propina. Bolsista é bolseiro. Como os europeus não adotaram algumas palavras usadas no Brasil, a exemplo de *bunda*, de origem africana, podem surgir situações embaraçosas. Vanderci Aguilera, professora sênior da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e uma das linguistas empenhadas no resgate da história do português brasileiro, levou uma amiga portuguesa a uma loja. Para ver se um vestido que acabava de experimentar caía bem às costas, a amiga lhe perguntou: “O que achas do meu rabo?”.

O SOLDADO E A FILHA DO FAZENDEIRO

No acervo de documentos sobre a evolução do português paulista (phpp.fflch.usp.br/corpus), está uma carta de 1807, escrita pelo soldado Manoel Coelho, que teria seduzido a filha de um fazendeiro. Quando soube, o pai da moça, enfurecido, forçou o rapaz a se casar com ela. O soldado, porém, bateu o pé: não se casaria, como ele escreveu, “nem por bem nem por mal”. Simões estranhou a citação ao mar, já que o quiproquó se passava na então vila de São Paulo, mas depois percebeu: “Olha o R caipira! Ele quis dizer ‘nem por bem nem por mal!’”. O soldado escrevia como falava, não se sabe se casou com a filha do fazendeiro, mas deixou uma prova valiosa de como se falava no início do século XIX.

“O R caipira era uma das características da língua falada na vila de São Paulo, que aos poucos, com a crescente urbanização e a chegada de imigrantes europeus, foi expulsa para a periferia ou para outras cidades”, diz Simões. “Era a língua dos bandeirantes.” Os especialistas acreditam

“Os paulistas, quando foram para o Centro-Oeste, falavam como os cariocas hoje”, assegura Almeida

que os primeiros moradores da vila de São Paulo, além de *porrrta*, pulavam consoantes no meio das palavras, falando *muié* em vez de *mulher*, por exemplo. Para aprisionar índios e, mais tarde, para encontrar ouro, os bandeirantes conquistaram inicialmente o interior paulista, levando seu vocabulário e seu modo de falar. O R exagerado ainda pode ser ouvido nas cidades do chamado Médio Tietê como Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Sorocaba, Itu, Tietê, Porto Feliz e Piracicaba, cujos moradores, principalmente os do campo, o pintor ituano José Ferraz de Almeida Júnior retratou, até ser assassinado pelo marido de sua amante em Piracicaba. Os bandeirantes seguiram depois para outras matas da imensa Capitania de São Paulo, constituída em 1709 com os territórios dos atuais estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina (*ver mapa*).

Manoel Mourivaldo Almeida, também da USP, encontrou sinais do português paulista antigo em Cuiabá, a capital de Mato Grosso, que permaneceu com relativamente pouca interação linguística e cultural com outras cidades depois do fim do auge da mineração de ouro, há dois séculos. “O português culto dos séculos XVI ao XVII tinha um S chiado”, conclui Almeida. “Os paulistas, quando foram para o Centro-Oeste, falavam como os cariocas hoje!” O ator e diretor teatral cuiabano Justino Astrevo de Aguiar reconhece a herança paulista e carioca, mas considera um traço mais evidente do falar local o hábito de acrescentar um J ou um T antes ou no meio das palavras, como em *djeito*, *cadju* ou *tchuva*, uma característica da pronúncia típica do século XVII, que Almeida identificou também entre moradores de Goiás, Minas Gerais, Maranhão e na região da Galícia, na Espanha.

Almeida apurou o ouvido para as variações do português no Brasil por conta de sua própria história. Filho de portugueses, nasceu em Piritiba, interior da Bahia, saiu de lá aos 7 anos, morou em Jaciara, interior de Mato Grosso, e depois 25 anos em Cuiabá, foi professor da universidade federal e se mudou para São Paulo em 2003. Ele reconhece que fala como paulista nos momentos mais formais – embora prefira falar *éxtra* em



Rua 25 de março, 1894, de Antonio Ferrigno (Acervo Pinacoteca do Estado de SP). A cidade de São Paulo tinha um sotaque próprio

vez de *êxtra* como os paulistas –, mas quando descontrai assume o ritmo de falar baiano e o vocabulário matogrossense. Ele estuda o modo de falar cuiabano desde 1991, por sugestão de um colega professor, Leônidas Querubim Avelino, especialista em Camões, que havia verificado sinais do português arcaico por lá. Avelino lhe contou que um roceiro cego de Livramento, a 30 quilômetros de Cuiabá, comentou que ele estava “andando *pusilo*”, no sentido de fraco. Avelino reconheceu uma forma reduzida de *pusilânime*, que não era mais usada em Portugal.

“Os moradores de Cuiabá e de algumas outras cidades, como Cáceres e Barão de Melgado, em Mato Grosso, e Corumbá, em Mato Grosso do Sul, preservam o português paulista do século XVIII mais do que os próprios paulistas. Paulistas do interior e também da capital hoje falam *día*, com um *d* seco, enquanto na maior parte do Brasil se diz *djia*”, observou Almeida. “O modo de falar pode mudar dependendo do acesso à cultura, da motivação e da capacidade de perceber e articular sons de modo diferente. Quem procurar nos lugares mais distantes dos grandes centros urbanos vai encontrar sinais de preservação do português antigo.”

De 1998 a 2003, uma equipe coordenada por Heitor Megale, da USP, seguiu a rota das bandeiras do século XVI em busca de traços da língua portuguesa antiga que tenham permanecido ao longo de quatro séculos. As entrevistas com moradores com 60 anos a 90 anos de quase 40 cidades ou povoados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso trouxeram à tona termos esquecidos como *mamparra* (fingimento) e *mençonha* (mentira), uma palavra de um dos poemas de Francisco de Sá de Miranda do século XV, *treição*,

usada no interior de Goiás no sentido de *surpresa*, e termos da linguagem popular ainda usados em Portugal, como *despois*, *percisão* e *tristura*, comuns no sul de Minas. O que parecia anacronismo ganhou valor. Dizer *sancristia* em vez de *sacristia* não era um erro, “mas uma influência preservada do passado, quando a pronúncia era assim”, relatou o *Jornal da Manhã*, de Paracatu, Minas, em 20 de dezembro de 2001.

Ao norte, a língua portuguesa expandiu-se para o interior a partir da cidade de Salvador, que foi a capital do Brasil Colônia durante três séculos. Salvador era também um centro de fermentação da língua, por receber multidões de escravos africanos, que aprendiam o português como língua estrangeira, mas também ofereciam seu vocabulário, ao qual já haviam se somado as palavras indígenas.

Para impedir que a língua de Camões se desfigurasse ao cruzar com os dialetos nativos, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, secretário de Estado do reino, resolveu agir. Em 1757, Pombal expulsou os jesuítas, entre outras razões de ordem política, porque estavam ensinando a doutrina cristã em língua indígena, e, por decreto, fez do português a língua oficial do Brasil. O português se impôs sobre as línguas nativas e ainda hoje é a língua oficial, embora os linguistas alertem que não possa ser chamada de nacional por causa das 180 línguas indígenas faladas no país (eram 1.200, estima-se, quando os portugueses chegaram). A miscigenação linguística, que reflete a mistura de povos formadores do país, explica em boa parte as variações

regionais de vocabulário e de ritmos, sintetizadas em um mapa dos falares do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. É fácil encontrar variações em um mesmo estado: os moradores do norte de Minas falam como os baianos, os da região central mantêm o autêntico mineirês, no sul a influência paulista é intensa e a leste o modo de falar assemelha-se ao sotaque carioca.

A PANDORGA E O BIGATO

Há 10 anos um grupo de linguistas estuda um dos resultados da miscigenação linguística: os diferentes nomes com que um mesmo objeto pode ser chamado, registrados por meio de entrevistas com 1.100 pessoas em 250 localidades. Brasil afora, o brinquedo feito de papel e varetas que se empina ao vento por meio de uma linha é chamado de papagaio, pipa, raia ou pandorga – ou ainda coruja em Natal e João Pessoa –, de acordo com o primeiro volume do *Atlas linguístico do Brasil*, publicado em outubro de 2014 com os resultados das entrevistas nas capitais (Editora UEL). Já o aparelho com luzes vermelha, amarela e verde usado em cruzamentos de ruas para regular o trânsito é chamado apenas de sinal no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte e também de semáforo nas capitais do Norte e Nordeste. Goiânia registrou os quatro nomes para o mesmo objeto: sinal, semáforo, sinaleiro e farol.

Começa agora a busca de explicações para essas diferenças. “Onde nasci, em Sertanópolis, a 42 quilômetros de Londrina”, disse Vanderci Aguilera, uma das coordenadoras do *Atlas*, “chamamos bicho de goiaba de bigato por influência dos colonizadores, que eram imigrantes italianos vindos do interior paulista”. Segundo ela, os moradores dos três estados do Sul chamam urubu de corvo por influência dos europeus, enquanto os do Sudeste mantiveram o nome tupi, urubu.

Cada estado – ou região – tem seu próprio patrimônio linguístico, que deve ser respeitado, enfatizam os especialistas. Os professores de português, alerta Vanderci, não deveriam repreender os alunos por chamarem beija-flor de cuítelo, como é comum no interior do Paraná, nem recriminar os que dizem *caro*, *churasco* ou *baranco*, como é comum entre os descendentes de poloneses e alemães no Sul, mas ensinar outras formas de falar e deixar a meninada se expressar como quiser quando estiver com a família ou com os amigos. “Ninguém fala errado”, ela enfatiza. “Todo mundo fala de acordo com sua história de vida, com o que foi transmitido pelos pais e depois modificado pela escola. Nossa fala é nossa identidade, não temos por que nos envergonhar.”

A diversidade do português brasileiro é tão grande que, apesar do empenho dos locutores de telejornais de alcance nacional em tentar criar uma língua neutra, despida de sotaques locais,

“não há um padrão nacional”, assegura Castilho. “Há diferenças de vocabulário, gramática, sintaxe e pronúncia mesmo entre pessoas que adotam a norma culta”, diz ele. Insatisfeito com as teorias importadas, Castilho criou a abordagem multisistêmica da linguagem, segundo a qual qualquer expressão linguística mobiliza simultaneamente quatro planos (léxico, semântica, discurso e gramática), que deveriam ser vistos de modo integrado e não mais separadamente. Ao lado de Verena Kewitz, da USP, ele tem debatido essa abordagem com estudantes de pós-graduação e com outros especialistas do Brasil e no exterior.

Também está claro que o português brasileiro se refaz continuamente. As palavras podem morrer ou ganhar novos sentidos. Almeida contou que Celciane Vasconcelos, uma das estudantes de seu grupo, verificou que somente os moradores mais antigos do litoral paranaense conheciam a palavra *sumaca*, um tipo de barco antes comum, que hoje não se constrói mais, tirando a antiga serventia da palavra que hoje nomeia uma praia em Paraty (RJ). Os modos antigos de falar podem ressurgir. O *R caipira*, asseguram os linguistas,

*Construções como “tu não sabe?”
contrariam a gramática, mas expressam
a evolução do português brasileiro*

está voltando, até mesmo em São Paulo, e readquirindo *status*, na esteira dos cantores de música sertaneja. “Hoje ser caipira é chique”, assegura Vanderci. Ou ao menos é aceitável e parte do estilo pessoal, como o da apresentadora de TV Sabrina Sato.

BILHETES DE AMOR

Os linguistas têm notado a expansão do tratamento informal. “Tenho 78 anos e devia ser tratado por *senhor*, mas meus alunos mais jovens me tratam por *ocê*”, diz Castilho, aparentemente sem se incomodar com a informalidade, inconcebível em seus tempos de estudante. O *ocê*, porém, não reinará sozinho. Célia Lopes, com sua equipe da UFRJ, verificou que o *tu* predomina em Porto Alegre e convive com o *ocê* no Rio de Janeiro e em Recife, enquanto *ocê* é o tratamento predominante em São Paulo, Curi-



Cena de família de Adolfo Augusto Pinto, 1891, de Almeida Júnior (Acervo Pinacoteca do Estado de SP). No final do século XIX o pronome *você* já era mais formal que o *tu*

tiba, Belo Horizonte e Salvador. O *tu* já era mais próximo e menos formal que *você* nas quase 500 cartas do acervo *on-line* da UFRJ (www.letras.ufrj.br/laborhistorico/), quase todas de poetas, políticos e outras personalidades do final do século XIX e início do XX.

Como ainda faltava a expressão do falar das pessoas comuns, Célia e sua equipe exultaram ao encontrar 13 bilhetes escritos em 1908 por Robertina de Souza para seu amante e para seu marido. Esse material era parte de um processo-crime movido contra o marido, que expulsou de sua casa um amigo e a própria mulher ao saber que tinham tido um caso extraconjugal e depois matou o ex-amigo. Em um dos 11 bilhetes para o amante, Álvaro Mattos, Robertina, que assinava como Chininha, escreveu: “Eu te adoro te amo até a morte sou tua só tu é meu só o meu coracao e teu e o teu coracao é meu. Chininha e todinha tua ate a morte”. Já o marido, Arthur Noronha, que recebeu apenas dois bilhetes, ela tratava de modo mais formal: “Eu rezo pedindo a Deus para você me perdoar, mas creio que voce não tem coragem de ver morrer um filho o filha”. E mais adiante: “Não posso me separar

de voce e do meu filho a não ser com a morte”. Não se sabe se ela voltou para casa, mas o marido foi absolvido, por alegar que matou o outro homem em defesa da honra.

Outro sinal da evolução do português brasileiro são as construções híbridas, com um verbo que não concorda mais com o pronome, do tipo *tu não sabe?*, e a mistura dos pronomes de tratamento *você* e *tu*, como em “se você precisar, vou te ajudar”. Os portugueses europeus poderiam alegar que se trata de mais uma prova de nossa capacidade de desfigurar a língua lusitana, mas talvez não tenham tanta razão para se queixar. Célia Lopes encontrou a mistura de pronomes de tratamento, que ela e outros linguistas não consideraram mais um erro, em cartas do marquês do Lavradio, que foi vice-rei do Brasil de 1769 a 1796, e, mais de dois séculos depois, em uma entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. ■

Projeto

Projeto de história do português paulista (PHPP – Projeto Caipira) (nº 11/51787-5); **Modalidade** Projeto Temático; **Pesquisador responsável** Manoel Mourivaldo Santiago Almeida(USP); **Investimento** R\$ 87.372,10 (FAPESP).